



CLIPPING



23 de
Março
2022

APROVADO NA ALEPA

Servidores do Ministério Público e da Defensoria terão reajuste

REMUNERAÇÃO - Aumento para defensores será de 9,32%. Já o funcionalismo público do MPE terá correção de 21,56%.

NATÁLIA MELLO
DA REDAÇÃO

Os parlamentares da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) aprovaram, durante sessão ordinária ocorrida ontem, 22, o reajuste de 9,32% para servidores da Defensoria Pública do Pará e de 21,56% para os que atuam no quadro do Ministério Público do Estado (MPE). Os projetos de lei nº 21/2022 e 4/2022, respectivamente, agora seguem para sanção do governador Helder Barbalho. Todas as demais proposições apresentadas também foram aprovadas em redação final.

Segundo a justificativa do defensor público-geral do Estado, João Paulo Lédó, a correção do percentual dos defensores corresponde à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), verificada no período de maio de 2019 a abril de 2021, e que ficou em 9,32%. Já no caso da inflação verificada nos meses de maio a setembro de 2021, e estimada de outubro do ano passado até abril deste ano, o cálculo chega a 9,27%.

Na proposição, o defensor público-geral disse que, "não houve qualquer recomposição inflacionária desde a data base de 2018, inclusive porque, em 2020, foram reduzidos os gastos do Estado devido à pandemia da covid-19". Ele usou como justificativa para o projeto apresentado o cumprimento do art. 37, X, da Constituição Federal.

MPE

No que se refere à matéria que trata dos reajustes do MPE, são alcançados servidores ati-



Presidente da Alepa, deputado Chicão, recebeu o procurador-geral de Justiça do Estado, César Mattar, que esclareceu pontos sobre o projeto de reajuste aos servidores do MPE

vos, inativos, e pensionistas, com as correções tendo efeito a partir de 1º de janeiro deste ano. A revisão também considerou a inflação medida pelo IPCA no período de abril de 2018 a outubro de 2021, de 21,56%, e a inflação estimada de novembro do ano passado a março desse ano, que ficou em 3,11%.

"Cabe esclarecer que o encaminhamento deste projeto não terá o condão de alterar a data-base para implementação da revisão geral anual dos servidores do MPPA, que ocorre sempre no mês de abril de cada ano, sendo apenas a antecipação de recomposições passadas que necessitam ser implementadas com a maior brevidade possível considerando o contexto de crise que estamos vivenciando!", pontuou o procurador-geral de Justiça do Estado, César Mattar.

O aumento de 21,56% na remuneração dos servidores

Projetos de lei nº 21/2022 e 4/2022, agora seguem para sanção do governador Helder Barbalho.

copo proporcionar um ganho real aos servidores, sendo normalmente acompanhada de reestruturação de tabelas com fito de valorização de carreiras específicas", finalizou o procurador-geral.

EXECUTIVO

do órgão de fiscalização será implementado a contar do mês de janeiro deste ano de 2022. "A revisão geral anual nada mais é do que a majoração nominal da remuneração do servidor, com o objetivo da recuperação do poder de compra de outrora. A finalidade da revisão geral é a de evitar que a corrosão da moeda deprecie os valores percebidos pelos servidores, o que vem se agravando com o advento da pandemia da covid-19. Diferentemente da revisão geral, temos a figura jurídica do reajuste, que tem por es-

Também foram aprovadas na sessão de ontem, 22, diversas proposições do Poder Executivo, entre elas, o Projeto de Lei Complementar nº 12/2021, que trata sobre a destinação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Estado do Pará. "É um momento histórico, para que o Estado consiga ter benefícios reais com a exploração de minérios que permite no Estado. São comprovados R\$ 1,5 bilhão de impostos sonegados no Pará", declarou o deputado estadual Eraldo Pimenta (MDB).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TEVE A SEGUNDA CHANCE ASSALTANTE TEM RECAÍDA E VOLTA AO 'VENENO'

Após ser liberado, suspeito voltou a delinquir e tentou roubar um idoso e seu netinho, que deram alarde e a PM chegou

AÍ É DIFÍCIL...

JR Avelar

Wilton Cleiton do Carmo Santos, mesmo em liberdade provisória concedida pela justiça e monitorado eletronicamente pela Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), não esqueceu as lições assinadas quando saiu do 'veneno', ou seja, não se envolveu em nenhum tipo de delito penal sob forma de ter a liberdade cercada.

No caminho de Wilton Cleiton estava a guarnição da viatura ao comando do tenente-coronel Formigosa que, em rondas pela avenida Conceição, às proximidades do posto de combustível da Shell, quando foi acionada por populares informando que havia ocorrido uma tentativa de assalto.

A vítima do ladrão, que estava armado com uma faca, era um idoso e

seu netinho que caminhavam pela rua quando o assaltante monitorado pulou na frente anunciando o assalto. "Perdeu tiozinho", ameaçou Wilton Cleiton do Carmo Santos, segundo relatos da vítima.

Surpresos com o primeiro impacto, avô e neto conseguiram se desvencilhar do assaltante dando alarde. Populares perceberam a situação e conseguiram deter o agressor e já começava uma "sessão de descarrego" quando a viatura 2601 passava no local e realizou a prisão do suspeito.

Interrogado, ele se identificou como Wilton Cleiton do Carmo Santos e logo foi percebido o monitoramento eletrônico. Ele foi conduzido e apresentado ao delegado Jivago de Freitas juntamente com a arma branca utilizada para render as vítimas.

Na delegacia de Outeiro se confirmou que ele estava em liberdade provisória e usava tornozeleira eletrônica, sendo o fato comunicado à justiça e ao Sistema Penal do Estado.



O suspeito não aproveitou a chance dada pela Justiça para se regenerar e voltou a ser preso
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br